

Resumo de notícias econômicas

27 de Outubro de 2021 (quarta-feira)

Ano 3 n. 203

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 27 OUTUBRO DE 2021

Inflação alta e furo do teto de gastos pressionam o Copom (27/10/2021)

O Estado de S. Paulo

No pior resultado para o mês em 26 anos, o IPCA-15, prévia da inflação oficial do País, foi de 1,2% em outubro. Em 12 meses, o acumulado chega a 10,34% – o teto da meta é 5,25%. O quadro elevou a pressão sobre o Copom, que define hoje a nova taxa básica de juros da economia. As apostas no mercado

Prévia da inflação oficial no mês, o IPCA-15 bateu em 1,2% em outubro – o pior resultado para o mês desde 1995 – e aumentou a pressão sobre o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que anuncia hoje a nova taxa básica de juros. A variação recorde dos preços levou o mercado a revisar novamente suas projeções, e as apostas agora são de aumento de até 2% para a Selic – que está em 6,25% ao ano.

Além da alta da inflação – que em 12 meses, considerando o IPCA-15, já está em 10,34%, muito acima do teto da meta definida para o ano (5,25%) –, as estimativas de bancos e consultorias também levam em conta o receio de uma piora das contas públicas. Isso seria resultado da tentativa do próprio governo de rever a regra do teto de gastos (que limita as despesas públicas à correção da inflação) para ampliar os desembolsos com programas sociais e emendas parlamentares em 2022, ano eleitoral.

“Temos uma tempestade perfeita composta pela forte deterioração do quadro fiscal e expressiva alta de preços. O BC terá de ter pulso firme, pois a política monetária está sozinha”, afirmou o economista da Sulamérica Investimentos, Newton Camargo Rosa, que admite que sua previsão de alta de 1,25 ponto foi atropelada pelo IPCA-15.

Entre as casas que passaram a ver a possibilidade de alta de até 2 pontos, está a Asa Investments. “Não é só o fiscal, em paralelo estamos perdendo (o controle da) a inflação em velocidade bem superior ao que imaginávamos. Dado o contexto, entendemos ser difícil o BC não aumentar em 2 pontos”, disse o seu economista-chefe, Gustavo Ribeiro. O aumento dos juros terá impacto negativo na recuperação da

economia e na geração de novos empregos. Como reflexo desse cenário, num dia de novos recordes das Bolsas nos EUA, o Ibovespa terminou com baixa de 2,11%, aos 106.419,53 pontos. Já o dólar teve valorização de 0,32%, cotado a R\$ 5,57 – com variação acumulada no mês de 2,34%.

Inflação atingiu todos os grupos sociais em 2021 (27/10/2021)

Broadcast

Das 11 regiões que integram a coleta de preços para o cálculo da inflação, sete já registram variação de dois dígitos no acumulado de 12 meses. Considerando o IPCA-15 de outubro (prévia do resultado oficial no mês), divulgado ontem pelo IBGE, Curitiba aparece com a maior alta – 13,42%. Na sequência, estão Porto Alegre (11,85%), Fortaleza (11,14%), Goiânia (10,44%), Recife (10,29%), Belo Horizonte (10,19%) e Belém (10,01%). O próprio IPCA-15 dos últimos 12 meses está agora em 10,34%, longe do teto de 5,25% da meta de inflação definida para este ano.

Os dados do IBGE mostram que a maior pressão continua vindo dos preços de bens e serviços administrados pelo governo, como energia elétrica e combustíveis. Só energia subiu 3,91% na prévia de outubro, respondendo praticamente por um quinto do IPCA-15 no mês. Em outubro, permanece em vigor a bandeira tarifária de escassez hídrica, que acrescenta R\$ 14,20 na cobrança da conta de luz a cada 100 kWh consumidos. Em 12 meses, a energia elétrica já subiu 30,02%, enquanto o gás de botijão ficou 35,18% mais caro. A gasolina aumentou 40,44% no período, e o etanol, 57,91%.

“O quadro inflacionário segue em deterioração mesmo após sucessivos choques, corroborando a percepção de pressões persistentes e enfraquecendo a defesa do argumento de alta transitória”, explica o economista Daniel Lima, do Banco ABC Brasil, em relatório. “Além disso, o contexto atual de reabertura, com retorno da demanda por serviços, e a piora na avaliação do risco fiscal contribuem para um balanço de riscos mais negativo.” O banco elevou de 9,2% para 9,5% a projeção para o IPCA de 2021, enquanto a estimativa para a inflação de 2022 passou de 4,6% para 4,7%.

“Daqui para o final do ano, temos uma sazonalidade também negativa no caso da inflação que são os alimentos. Temos um avanço na demanda para as festas de final

de ano, que devem puxar os alimentos um pouco para cima”, disse o economista-chefe da corretora Ativa Investimentos, Étore Sanchez.

Governo ignorou sugestões que teriam protegido o teto de gastos (27/10/2021)

O Estado de S. Paulo

A decisão de furar o teto de gastos para bancar o novo programa social do governo acendeu a polêmica em torno da necessidade, ou não, de mudar a regra fiscal, criada para travar o crescimento dos gastos: afinal de contas, de onde o governo poderia ter cortado para garantir o Auxílio Brasil de R\$ 400?

O presidente Jair Bolsonaro teve mais de um ano para fazer uma revisão das despesas e preparar um plano de cortes para bancar um benefício mais alto, mas abortou todas as iniciativas. Nesse caminho, outras investidas foram lançadas contra a regra fiscal, em um filme visto agora como a morte anunciada do teto de gastos.

Desde o início do governo, em 2019, ocorreram ao menos oito investidas para driblar o teto. Sem contar outros cinco “dribles” concretizados, que deram uma “volta” no teto para ampliar gastos fora do Orçamento.

A equipe econômica já colocou na mesa do presidente propostas para revisar despesas com abono salarial (espécie de 14.º salário pago a trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários-mínimos), seguro-defeso (pago a pescadores artesanais na época em que a atividade é proibida), seguro-desemprego e subsídios, mas nenhuma teve apoio, nem da área política do governo, nem das lideranças do Centrão, agora interessadas no espaço maior para despesas.

Órgão de governo, o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) já fez recomendações para a revisão desses gastos diretos e de subsídios, como a dedução de despesas médicas no IRPF (quase R\$ 20 bilhões em 2022) e a isenção de aposentadoria por moléstia grave ou acidente no IRPF (quase R\$ 17 bilhões), entre outros.

A decisão política que prevaleceu, porém, foi não “cortar na própria carne” para ampliar os recursos para a área social. No caso do abono salarial, o próprio presidente

vetou publicamente qualquer mudança. “Não posso tirar de pobres para dar a paupérrimos”, avisou Bolsonaro, em agosto de 2020. A opção foi manter recursos para emendas parlamentares, sobretudo as de relator (destinadas a redutos de aliados), e correr o risco de furar o teto sem uma “saída organizada” da atual regra fiscal.

Brasil cria 313 mil vagas em setembro, diz Caged (27/10/2021) **Broadcast**

Após a criação de 368.091 vagas em agosto, o mercado de trabalho formal brasileiro desacelerou um pouco no mês passado e registrou um saldo positivo de 313.902 carteiras assinadas em setembro, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O resultado do mês passado decorreu de 1,780 milhão de admissões e 1,466 milhão de demissões. Em setembro de 2020, foram abertas 319.151 vagas com carteira assinada. O resultado veio dentro das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, que eram de abertura líquida de 238.000 a 400.000 vagas em setembro. No acumulado dos nove primeiros meses de 2021, o saldo do Caged é positivo em 2,513 milhões de vagas. No mesmo período de 2020, houve o fechamento de 558.597 postos formais.

Todas as 27 unidades da Federação obtiveram resultado positivo no Caged. O melhor desempenho foi registrado em São Paulo, com a abertura de 84.887 postos. Já o menor foi no Amapá, com 281 vagas. O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada passou de R\$ 1.813,57, em agosto, para R\$ 1.795,46 em setembro.

Privatizar Petrobras é ‘sonho distante’ e ‘cortina de fumaça’, dizem bancos (27/10/2021)

O Estado de S. Paulo

A privatização da Petrobras, tema frequente de declarações do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, é inviável em ano eleitoral, avaliam

bancos, para os quais a venda da estatal é um “sonho distante” e uma “cortina de fumaça”.

Para o BTG Pactual, esse não é o tipo de embate que se espera durante um ano eleitoral. “Os aspectos legais para tornar isso possível são árduos. Em nosso entendimento, a venda do controle da estatal poderia ser possível com um projeto de lei (exigindo apenas maioria simples) alterando a lei 9.478/97, que estipula que o governo deve possuir pelo menos 50% (+1) das ações da empresa”, aponta texto dos analistas Pedro Soares, Thiago Duarte e Daniel Guardiola.

No documento, o trio diz que a Constituição define que certas atividades, incluindo algumas exercidas pela Petrobras, são de competência apenas do Estado, o que significa que uma privatização também pode exigir emendas à Constituição e, portanto, dois terços de apoio do Congresso.

“De qualquer forma, o capital político necessário para tornar isso possível seria enorme e, antes de um ano eleitoral, não esperamos que os políticos arrisquem sua popularidade em um tópico controverso”, avaliam. Para o banco, a venda da estatal é um sonho distante no momento.

As ações da empresa subiram 7% depois que a imprensa noticiou que o governo brasileiro estava considerando vender ações suficientes para abrir mão de seu controle acionário – no mesmo dia, a direção da estatal fez consulta formal ao governo sobre a existência ontem desse plano. Ontem, as ações ON da companhia fecharam com queda de 1,15%. Segundo o BTG, embora nenhuma proposta tenha sido enviada ao Congresso, a ideia ainda preservaria certos poderes de veto ao governo. As declarações sobre uma privatização vieram a público depois que a Petrobras anunciou aumento de 9,2% para o diesel e de 7% para a gasolina.

R\$ 83,7 bi para ferrovias estão sob ameaça (27/10/2021)

Folha de São Paulo

Associações de todo o País e empresas de logística pediram, em carta ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a renovação por mais 60 dias da Medida Provisória 1.065/2021. Da MP, que criou o regime de autorização para construção de

ferrovias pela iniciativa privada, dependem R\$ 83,7 bilhões em investimentos. Sob pressão, Pacheco tratou, ontem, de avançar uma alternativa à MP: remeteu para análise da Câmara dos Deputados o projeto que cria um novo marco legal das ferrovias. O encaminhamento ocorre 21 dias após a aprovação do texto pelos senadores. A votação do marco legal foi acelerada no Senado após o governo editar a medida provisória, com conteúdo similar e voltada a liberar o regime privado de ferrovias no País.

Desde a edição da MP pelo governo, o Ministério da Infraestrutura já recebeu 21 requerimentos de empresas interessadas em construir e operar trilhos. Como mostrou o Estadão/broadcast, esse plano corre o risco de ser inviabilizado, já que a MP perde sua validade nesta sexta-feira. Para continuar em vigor, Pacheco precisa autorizar a prorrogação por mais 60 dias. A renovação sempre foi considerada importante pelo governo porque a expectativa é de que, ao fim da vigência completa da MP, de 120 dias, a Câmara já tenha aprovado o marco legal das ferrovias. Dessa forma, não existiria um vácuo na legislação, que geraria insegurança ao setor e as empresas que pediram para construir ferrovias com base na MP.

Pacheco disse que o Senado busca “compatibilização” para que haja tempo para a Câmara apreciar o projeto dos senadores, dando-se “tempo para a MP, eventualmente com sua prorrogação”. A declaração foi feita enquanto o plenário do Senado discutia se votaria ou não um projeto que pretende derrubar norma de uma portaria do governo que regulamenta a medida provisória. Ao fim, a deliberação foi adiada para amanhã, quando se espera que o ministério já tenha entrado em acordo para ajustar a portaria. “O que o Senado busca nesse instante é compatibilização para que se dê tempo necessário para a Câmara apreciar o projeto”, afirmou Pacheco.

Alívio na crise dos municípios (27/10/2021)

O Estado de S. Paulo

A melhora da situação fiscal dos municípios em 2020, aferida a partir de dados oficiais registrados na Secretaria do Tesouro Nacional, pode dar a falsa impressão de que a maioria das prefeituras está conseguindo superar problemas financeiros crônicos. As finanças municipais, em média, têm sido caracterizadas por gastos excessivos com o

custeio da máquina administrativa e pela insuficiência de recursos próprios para cobrir as despesas. Apesar dos bons índices em 2020, elas continuam assim. Circunstâncias excepcionais, num ano social e economicamente excepcional, propiciaram resultados fiscais igualmente excepcionais. São resultados insustentáveis ao longo do tempo.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro mostrou um surpreendente avanço no ano passado, tendo alcançado seu maior nível desde 2013, quando a economia crescia a ritmo intenso. Elaborado com base em informações enviadas ao Tesouro Nacional por 5.239 prefeituras, o IFGF de 2020 mostrou melhora de todos os quatro indicadores que o compõem. São aferições do grau de autonomia, dos gastos com pessoal, da liquidez e dos investimentos dos municípios.

A pandemia exigiu medidas extraordinárias que dessem ao setor público condições de agir com a rapidez, a eficiência e a abrangência necessárias para reduzir os danos. Programas de transferência excepcionais da União e dos Estados e aumento de parcelas já previstas de outros recursos propiciaram receitas adicionais às prefeituras. Flexibilização de regras de responsabilidade fiscal e a suspensão de pagamento de dívidas foram medidas complementares que melhoraram de maneira notável a situação fiscal dos municípios. Mesmo com queda de arrecadação por causa da crise econômica, houve alívio financeiro.

Embora positivo, este é um efeito efêmero. O quadro geral, diz a Firjan, é preocupante. Em 3.024 municípios a situação fiscal é difícil ou crítica. O maior problema é a dificuldade de geração de recursos próprios para sustentar as despesas de custeio, isto é, com a sustentação da máquina administrativa, sobretudo pessoal. Estão nessa situação 1.704 municípios, que não conseguem arrecadar localmente nem mesmo os recursos necessários para pagar os custos com estrutura administrativa e com a Câmara Municipal. Em outros 1.818 o custo da folha de pessoal supera 54% da receita e 2.672 investem apenas 4,6% do orçamento. É um quadro de condenação dos serviços públicos à degradação, à insuficiência e à obsolescência precoce.

Novo recorde, arrecadação federal soma R\$ 149,1 bi em setembro (27/10/2021)

Broadcast

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 149,102 bilhões em setembro, novo recorde para o mês. O resultado representa um aumento real (descontada a inflação) de 12,87% na comparação com setembro do ano passado.

Em relação a agosto deste ano, houve crescimento real de 0,63% no recolhimento de impostos. O valor arrecadado no mês passado foi o maior para meses de setembro da série histórica, que tem início em 1995.

No acumulado do ano até setembro, a arrecadação federal somou R\$ 1,348 trilhão, também o maior volume para o período da série iniciada em 1995. O montante ainda representa um avanço real de 22,30% na comparação com os primeiros nove meses de 2020.

O secretário especial da Receita Federal, José Tostes Neto, comemorou o resultado de setembro, o sétimo mês no ano com recorde na série histórica. “Apenas em janeiro e junho, o desempenho das receitas não foi recorde. Mantido esse nível, a expectativa é muito positiva para o fechamento da arrecadação total nos 12 meses de 2021.”

Faltam garrafas para cerveja e gôndolas têm menos opções (27/10/2021)

Broadcast

A variedade de embalagens de cerveja nas gôndolas dos supermercados caiu, e a culpa pode ser, por contraditório que pareça, da alta produção da indústria. “Há um problema estrutural. Sempre que o ritmo de produção de cerveja passa dos 14 bilhões de litros por ano, falta vidro”, diz o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Cerveja (Cervbrasil), Paulo Petroni.

Com isso, na hora da compra, o consumidor está com opções mais limitadas – o que, em última instância, pode prejudicar as vendas do produto. O índice de ruptura da

Neogrid – indicador que mede a falta de produtos nos supermercados brasileiros – passou de 11,9% na categoria de cerveja, em agosto, para 15,3%, em setembro.

De acordo com Robson Munhoz, diretor de operações da Neogrid, esse indicador não aponta, necessariamente, que falta cerveja nas gôndolas, mas que não se encontram determinadas linhas ou marcas. “Ainda há ‘solução’ de matéria-prima para a indústria e ela está revendo seu portfólio. Algumas fábricas não estão recebendo a embalagem de 310 ml, por exemplo, e tomam a decisão de não envasar determinadas marcas”, explica.

Para Petroni, essa falta de variedade pode afetar as vendas da bebida. “Com a inflação, que diminui a renda disponível da população, a falta de embalagens menores prejudica o consumo”, afirma. Ou seja: com o dinheiro valendo menos, o consumidor tende a buscar embalagens menores da bebida. Se determinada marca não tem essa disponibilidade, ele troca por outra ou acaba por abandonar a compra desse item. A redução do tamanho da embalagem é um subterfúgio a que diversas indústrias, como a de alimentos e a de cosméticos, recorrem em tempos de dificuldades de emprego e renda, como o atual.

Empreendedor se organiza para ganhar com marketplace (27/10/2021)

O Estado de S. Paulo

No ecossistema dos marketplaces, o mar está para peixe. Grandes empresas de comércio eletrônico têm oferecido vantagens para atrair pequenos negócios, estratégia que beneficia os dois lados. Essa disputa por atenção tem mobilizado o empreendedor a investir mais em estratégias que o coloquem em evidência. Afinal, é preciso se destacar.

De acordo com o Sebrae, as micro e pequenas empresas são quase 99% das companhias do País, respondem por cerca de um terço do PIB e criam mais vagas de trabalho do que as médias e grandes. Não é à toa que grupos como Amazon, Magazine Luiza e Mercado Livre têm voltado o olhar para esses negócios.

“A grande vantagem de ter os pequenos negócios é ampliar a variedade de produtos e se aproximar do consumidor final, que muitas vezes não mora próximo a uma loja do Magalu ou do centro de distribuição, mas mora perto daquela lojinha do bairro e quer comprar sem sair de casa. É esse pequeno varejista que vai vender para esse consumidor, e todo mundo sai ganhando”, diz Flavia Marcon, gerente de marketplace da companhia.

A Amazon, cujos esforços para apoiar as PMES incluíram um investimento global de US\$ 18 bilhões no ano passado, também pensa na experiência do consumidor e busca facilitar a conversão das vendas dos vendedores parceiros. “A Amazon tem investido no Brasil, especialmente para aumentar sua presença logística. Hoje, são 11 centros de distribuição no País”, observa Ricardo Garrido, líder da loja de vendedores parceiros.

Nessa investida, os marketplaces têm feito uma busca ativa por negócios com potencial. Foi o que ocorreu com a Vinho 22, que há seis meses vende pelo marketplace da Amazon, após a companhia apresentar uma proposta favorável ao momento da empresa. A gigante tem mais de 1,9 milhão de pequenas e médias empresas vendendo no site em todo o mundo, que representam 55% das unidades vendidas.

Laços entre startups e corporações se fortalecem (27/10/2021) **O Estado de S. Paulo**

As startups brasileiras têm desbravado um novo caminho de crescimento por meio de parcerias com grupos tradicionais, uma ideia conhecida como inovação aberta. Esse tipo de conexão se fortaleceu no País: no último ano, o número de startups que realizam inovação aberta saltou de 13.177 para 18.355, segundo o ranking 100 Open Startups, que destaca desde 2016 as empresas novatas que melhor atuam com corporações.

A lista deste ano, revelada com exclusividade ao Estadão, estabelece critérios para avaliar o trabalho das startups em inovação aberta – são consideradas empresas de tecnologia pequenas, que faturam até R\$ 10 milhões ao ano e tenham recebido menos do que R\$ 10 milhões em investimentos.

A plataforma brasileira 100 Open Startups realiza uma medição do nível de interação entre startups e corporações, que pode variar bastante.

“Existem relacionamentos mais leves, como um acordo de uma grande empresa para apoiar uma startup como mentora. Há também a possibilidade de oferecer à startup algum recurso da companhia. Outro caminho é colocar a empresa de tecnologia na cadeia de fornecedores. E o último estágio é virar sócio da startup, podendo chegar ao extremo da aquisição”, explica Bruno Rondani, CEO da 100 Open Startups. “Quanto mais estreitas e mais valor têm as relações, mais as startups pontuam.”

Rondani explica que esses tipos de relacionamento têm dobrado no Brasil ano após ano. “No início, a inovação aberta congregava apenas as grandes corporações, que já são marcas conhecidas. Agora, esse movimento está se espalhando em um efeito de rede para companhias menores. Temos startups novatas trabalhando até com ‘unicórnios’”, diz o executivo, em referência às empresas de tecnologia avaliadas em mais de US\$ 1 bilhão.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado 19.10.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	6,24
Brasil	1,78	1,41	-4,06	5,02

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ BILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155,9	167,0	168,3	193,6
Brasil	7.004,1	7.407,0	7.447,9	8.468,1

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,29
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 29/09/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão.

Taxas de crescimento (%) do Valor Adicionado por setores e atividades

ÍNDICE DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL - VARIACÃO ACUMULADA (%)							
REGIÃO/ANO	2018		2019		2020		2021
	JAN-AGO/18	JAN-DEZ/18	JAN-AGO/19	JAN-DEZ/19	JAN-AGO/20	JAN-DEZ/20	JAN-AGO21
Ceará	1,58	2,02	2,15	2,36	-3,41	-1,88	4,26
Nordeste	1,77	1,64	0,44	0,61	-3,14	-1,94	4,06
Brasil	1,17	1,25	0,77	0,99	-5,65	-3,94	6,41

Fonte: Banco Central.

Nota: base: igual período do ano anterior

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até agosto)
Brasil (R\$ Trl)	3,26	3,48	4,02	4,34
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	94,58

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE – CEARÁ				
	Variação Acumulada de Janeiro a Agosto			
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,1	1,7	-14,9	16,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-8,3	-1,4	-15,5	10,6
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,1	-1,4	-10,9	0,6
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	3,6	3,0	-10,5	12,0

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: base: igual período do ano anterior

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.2
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,0
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	42,1
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.600 (100%)
Força de trabalho (mil) (a=b+c)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.759 (49%)
Ocupada (mil) (b)	3.676	3.762	3.260	3.196
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.474
Informal (mil)	2.046	2.060	1.726	1.722
Desocupada (mil) (c)	412	423	549	563
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.840 (51%)
Desalentados (mil)	328	358	466	441
Rendimento médio, estimava real, de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (em R\$)	1.525	1.685	1.656	1.605

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até agosto)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.731	1.585.661
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.302	9.008.277
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.508	49.834.495
CE/NE (%)	17,34	17,11	17,15	17,02	17,39	17,51	17,60
CE/BR (%)	3,21	3,13	3,17	3,16	3,17	3,20	3,18
NE/BR (%)	18,52	18,32	18,46	18,54	18,26	18,27	18,08

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 021.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN-SET)					
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Abertura	53.923	64.624	65.338	85.966	31,57
Fechamento	64.961	23.496	20.414	29.054	42,32
Total	-11.038	41.128	44.924	56.912	26,69

Fonte: JUCEC.

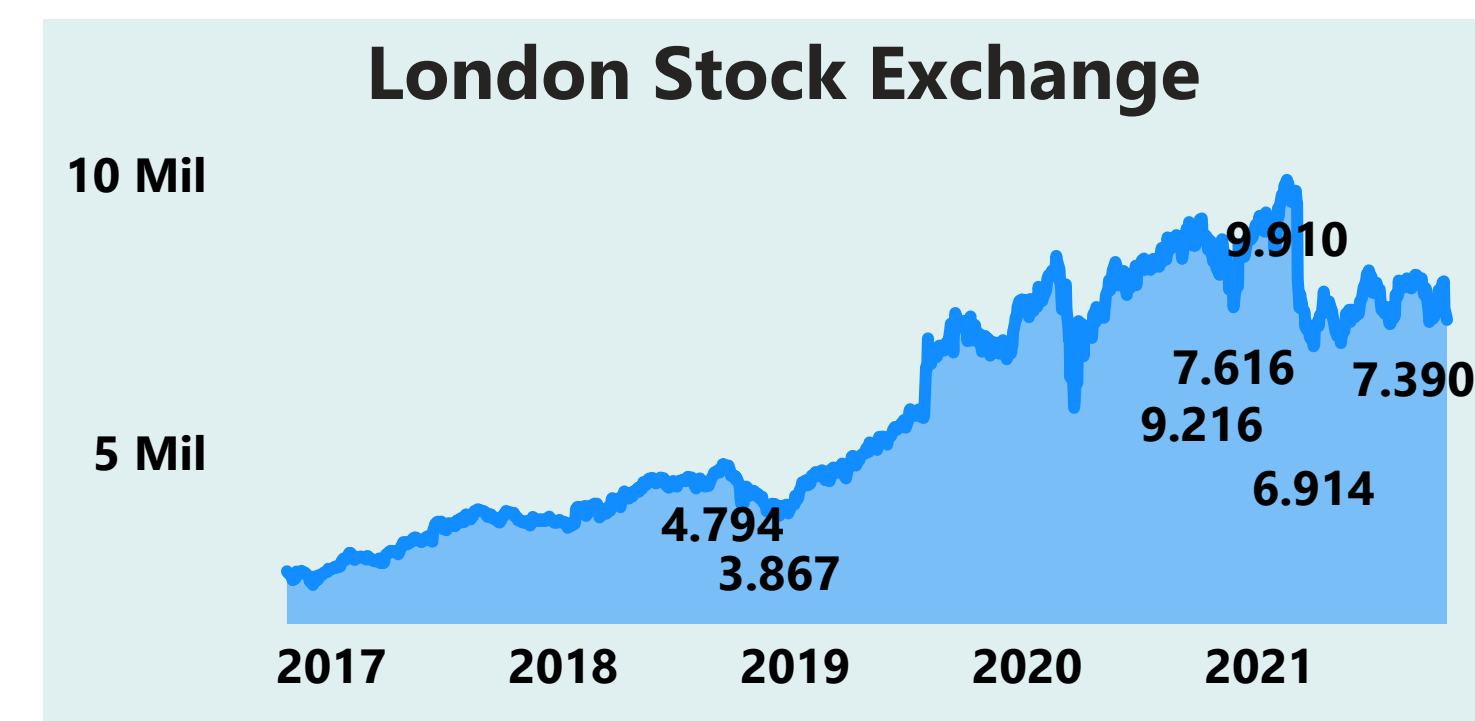
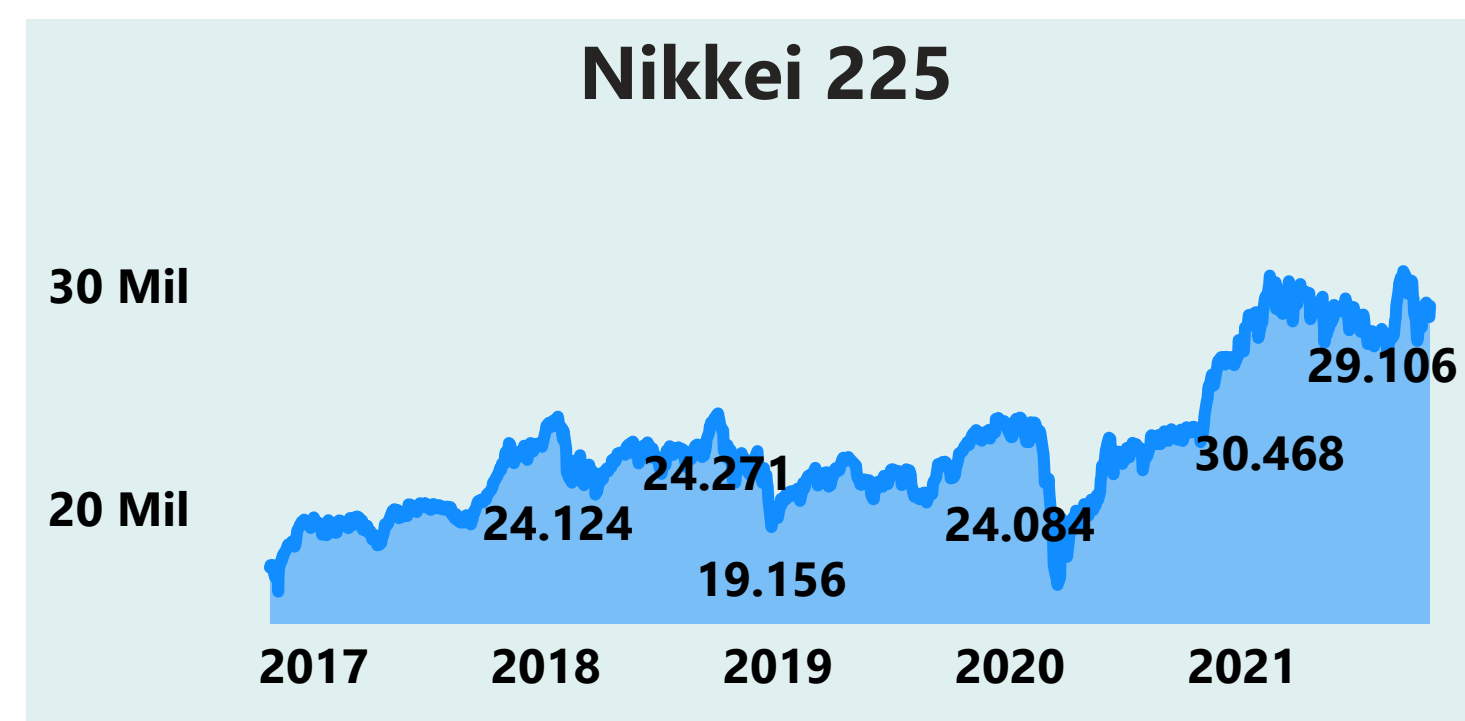
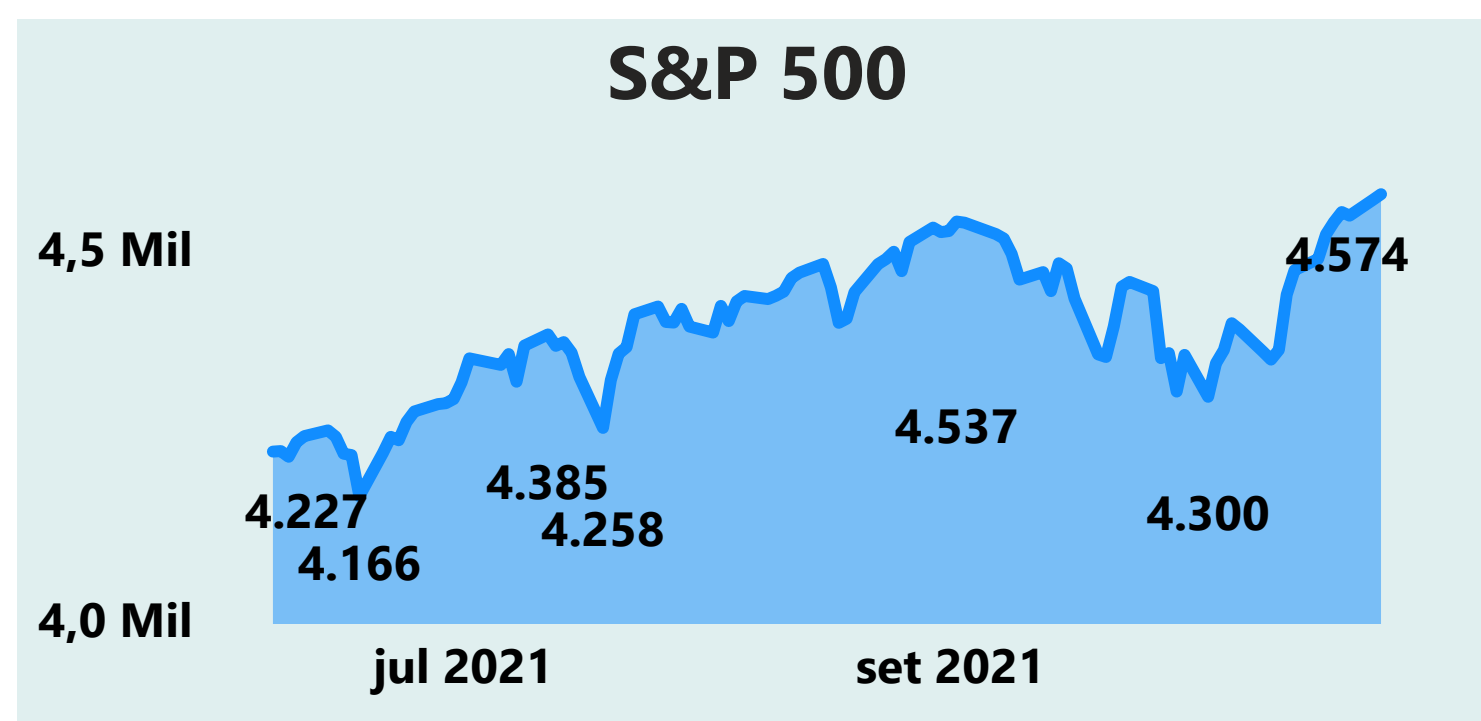
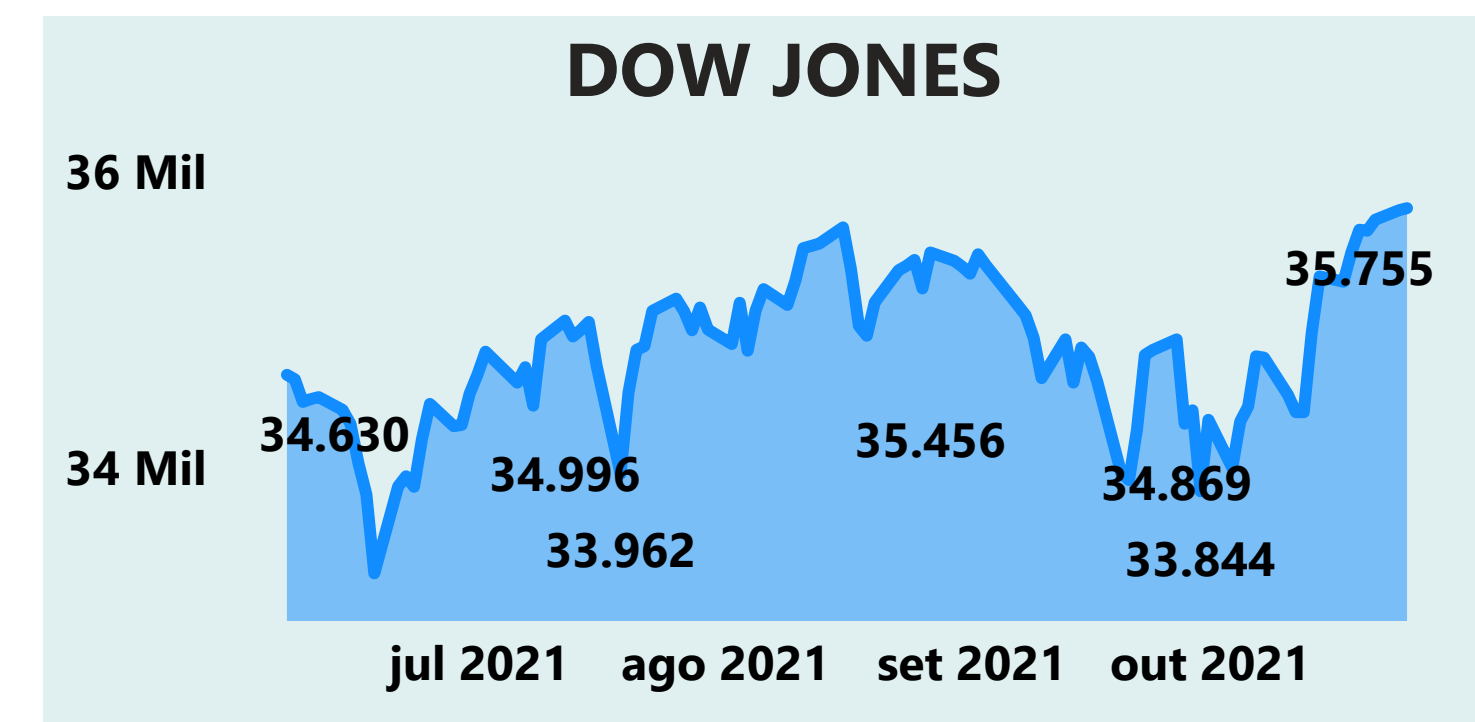
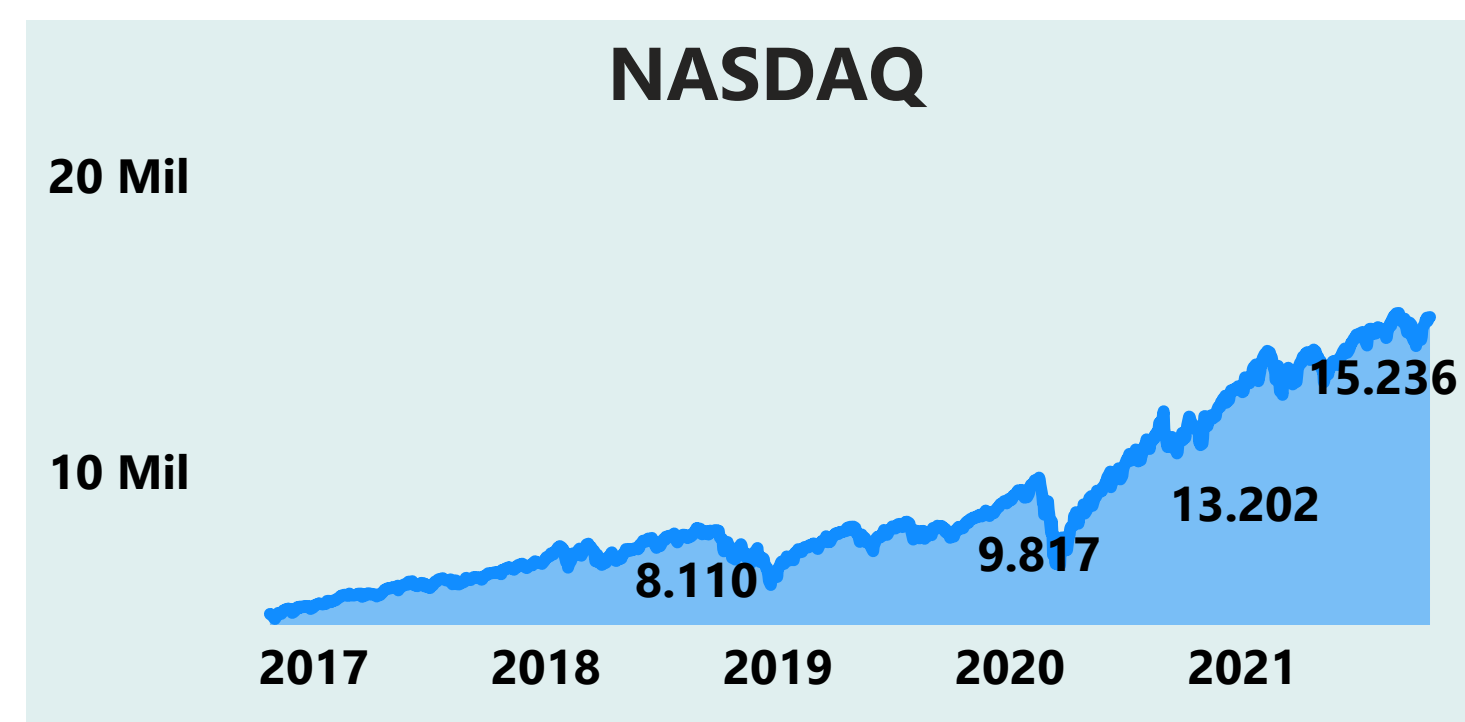
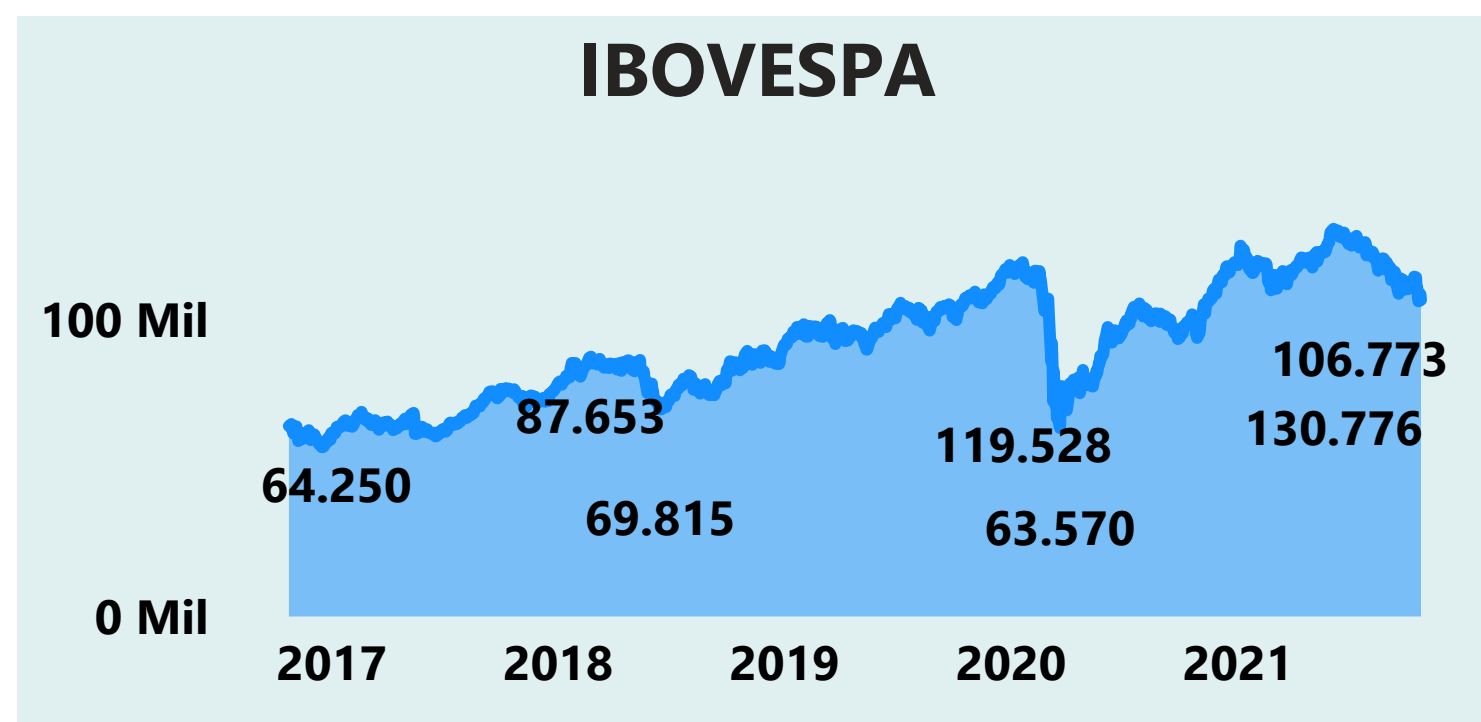
PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-SET)					
PERÍODO	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
	13.141.288	13.233.608	11.562.977	16.012.138	38,48%

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-JUN)				
	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Ceará	5.819.946	5.367.621	6.189.444	15,31

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.

BOLSAS



MOEDAS

